

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Congresso leva, mas...

A aprovação do programa emergencial para o setor de eventos indica que a “normalidade” citada por Lula caminha no sentido do desejo dos parlamentares. Só tem um probleminha af: o caixa da União é um só. Para manter os R\$ 15 bilhões até 2027, será preciso cortar outras despesas.

Deixe para depois

Lula gostaria de ter conversado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda no fim de semana, como fez com o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Mas Pacheco havia tomado a vacina da dengue e não estava muito bem.

Até aqui...

Pacheco vai atender, hoje, deputados e senadores que pedem a apreciação dos vetos ao Orçamento e ao projeto de lei das “saidinhas”. O governo começou, inclusive, a liberar mais emendas para ver se consegue manter as propostas conforme Lula sancionou.

... segue o baile

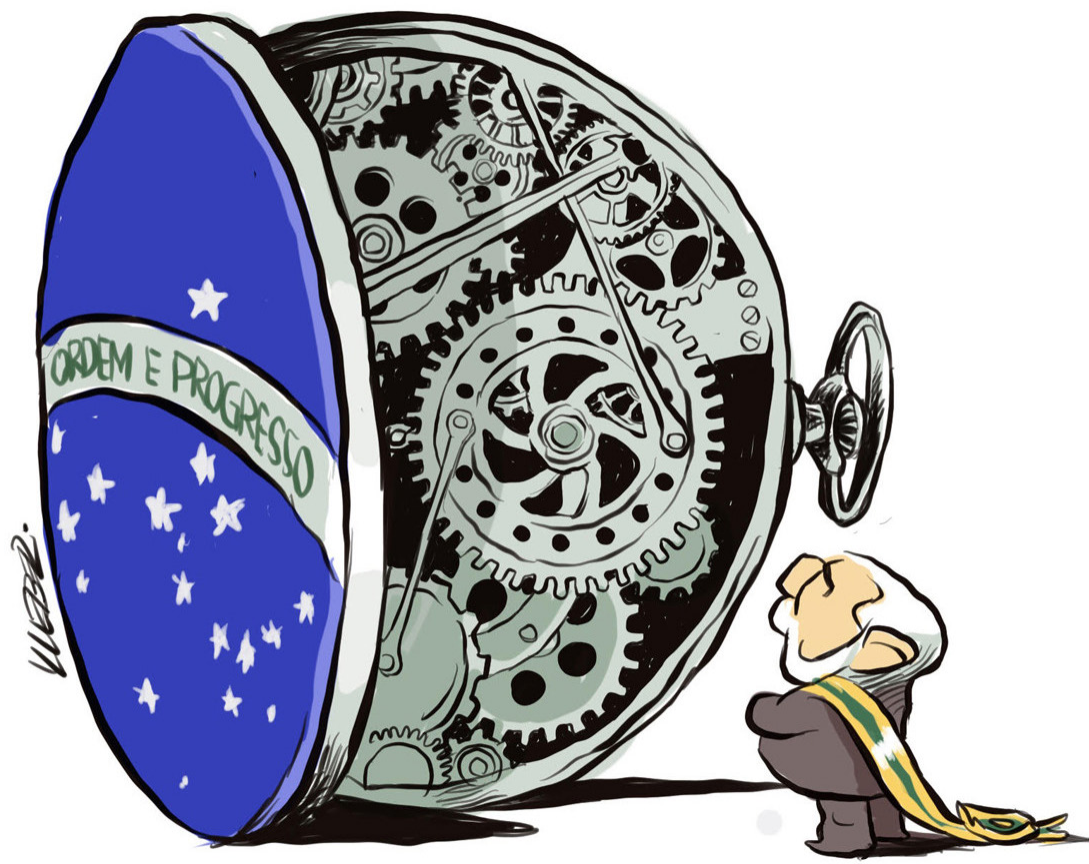
Pelo que Lula mencionou no café da manhã com jornalistas, se o Congresso derrubar o veto ao PL das “saidinhas” de presos que não cometeram crimes hediondos — como estupro ou pedofilia —, o problema será dos parlamentares. Dentro do PT, há quem diga que o partido vai se preparar para acusar os conservadores de não dar a chance à ressocialização dos presos, independentemente do motivo da pena.

Tirando o BC e o mercado, tudo OK

No café da manhã com jornalistas, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerou que tudo está dentro da normalidade na relação com o Congresso, a ponto de dizer que “todas as coisas serão aprovadas e acordadas”. Não criticou partidos, não reclamou da vida. Mas não poupou o mercado, que, segundo ele, considera tudo como “gasto”, menos o superavit primário. A outra saraivada de

críticas sobrou para o Banco Central, sob o comando de Roberto Campos.

Em tempo: Lula deixa transparecer que deve indicar o futuro presidente da autoridade monetária em novembro. Ele não diz abertamente, mas espera, depois de dezembro, uma mudança de rumo na política monetária ou, pelo menos, avisos ao Poder Executivo.



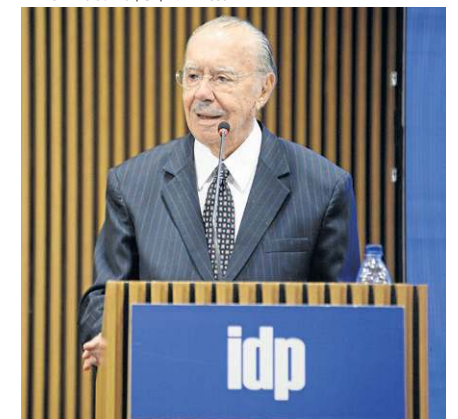
CURTIDAS

Agenda internacional/ Lula avisou, no café da manhã, que vai procurar os presidentes de países da Europa em que prevalece um ambiente mais democrático — como França e Espanha — para, juntos, traçarem uma estratégia, a fim de combater o ódio e o extremismo no mundo. A intolerância, que leva um sujeito a cortar a corda de um trabalhador num andaime ou a atirar num vizinho por nada, precisa ter um fim.

Leitura dos diplomatas/ A carta que o presidente da Argentina, Javier Milei, mandou a Lula, não foi lida, segundo o presidente brasileiro. Sinal de que não é prioridade.

Leitura dos ministros/ Ao dizer que ninguém será punido se fizer greve, o presidente deixou muitos ministros e reitores de universidades de cabelo em pé. É que, agora, os servidores vão ficar parados, atrasando a vida dos alunos.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



A voz da experiência/ Do alto dos 94 anos, a serem completados hoje, o ex-presidente José Sarney (foto) continua sendo uma referência do MDB e dos políticos. Depois que deixou a Presidência da República, em 1990, não teve um político de destaque que não o tenha procurado para pedir conselhos.

CONGRESSO / Nota técnica elaborada pela consultoria do Senado adverte para o peso da PEC do Quinquênio sobre as contas públicas. Impacto é porque o leque de categorias que receberá o benefício foi ampliado

Rombo pode ir a R\$ 81 bilhões

» ÁNDREA MALCHER

A Proposta de Emenda à Constituição 10/23, conhecida como PEC do Quinquênio, pode custar cerca de R\$ 81,6 bilhões aos cofres públicos, entre 2024 e 2026. A estimativa é de uma nota técnica emitida pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado. A PEC concede um adicional de 5% a cada cinco anos a carreiras do Judiciário, apesar de limitada a 35% do salário.

A nota técnica foi formulada a pedido do gabinete da liderança do governo no Congresso. O documento ressalta que os efeitos são “inegavelmente severos em termos de suas consequências sobre o aumento de gastos”.

“Tendo essas restrições em mente, conclui-se que o impacto financeiro anual da PEC nº 10, de 2023, na forma original em que foi apresentada, é estimado em R\$ 10,3 bilhões anuais caso tivesse sido vigente em todo o exercício de 2024; em R\$ 10,9 bilhões para 2025, e R\$ 11,4 bilhões para 2026”, adverte a nota técnica.

A PEC — de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — destinava o benefício apenas a juízes, promotores e procuradores do Ministério Público. Mas o relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 17 de abril, expandiu a vantagem para ministros e conselheiros dos tribunais de contas, advogados públicos, integrantes das carreiras jurídicas, defensores públicos e delegados da Polícia Federal (PF).

O texto de Eduardo Gomes vai mais além. Permite, ainda,

que “servidores públicos que, por previsão constitucional ou das respectivas leis de regência, sejam impedidos ou optem por não exercer outra atividade remunerada, poderão, por decisão do respectivo Poder ou órgão autônomo, em cada caso, fazer jus” ao benefício.

Defesa

Apesar do rombo estimado pela nota técnica, Pacheco manteve a defesa do texto aprovado na CCJ. Segundo ele, a economia para as contas públicas que seria gerada com o projeto de lei que combate os supersalários é “superior ao que é o incremento de gasto dentro do orçamento” para o bônus de 5% a cada cinco anos.

Pacheco afirmou que caso a matéria seja aprovada na Câmara e no Senado, a promulgação aguardará a tramitação do PL dos Supersalários. “Há um compromisso meu com a estruturação das carreiras do Judiciário e do Ministério Público. Só será promulgada se houver aprovação do projeto de lei que acaba com supersalários no Brasil”, afirmou.

Segundo Pacheco, é preciso “dar condições para a magistratura e para o Ministério Público terem uma estruturação de carreira”. “Vamos ter toda a responsabilidade de dialogar com o Poder Executivo, já que (a PEC) estende a carreiras que estão vinculadas ao Executivo, para que haja o dimensionamento do custo disso”, observou o senador.

No café da manhã com os jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou que se encontrará com Pacheco, ainda esta semana, para tratar da PEC que pode piorar as contas públicas.

Evandro Éboli/CB/D.A Press



Lira posa com a vice-governadora Celina Leão, empresários e deputados no jantar pela prorrogação do Perse

Prorrogação do Perse passa simbolicamente

» RENATO SOUZA
» INGRID SOARES
» EVANDRO ÉBOLI

A Câmara aprovou, ontem, o projeto de lei (PL) que cria novas regras para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O texto prevê benefícios fiscais de R\$ 15 bilhões, até 2026, para empresas que atuam na área, mas de maneira gradual. Com a decisão, a matéria segue para a análise do Senado.

Um acordo costurado entre parlamentares e o Ministério da Fazenda permitiu que a votação fosse simbólica — ou seja, sem o registro nominal dos votos. O

tema foi discutido entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários e o ministro Fernando Haddad.

A medida foi lançada durante a pandemia de covid-19 para socorrer empresas da área de produções e eventos. O governo defendia o encerramento do programa, pois temia que, com a continuidade, o rombo que provocaria nas contas públicas dificultaria alcançar a meta fiscal defendida pelo Ministério da Fazenda.

No entanto, na iminência de ver a aprovação de um texto com impacto mais elevado para o Orçamento da União, o governo decidiu negociar com os parlamentares. Não houve a apresentação

de destaques e praticamente todos os partidos orientaram suas bancadas a votarem favoravelmente ao texto — as exceções foram o Partido Novo, a oposição e a minoria na Câmara.

A relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP), incluiu na matéria um dispositivo que paralisa o Perse caso o montante previsto de R\$ 15 bilhões seja alcançado antes de 2026. Mas para que ocorra a paralisação, o Tribunal de Contas da União (TCU) deve atestar que esse texto foi atingido.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, e o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, acompanharam a votação no plenário e

» PL contra MST e MTST é aprovado

A união entre bancadas do agronegócio, da bala, de bolsionistas e o Centrão aprovou, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, projeto que pune invasores de propriedades rurais e imóveis urbanos. Foram 38 votos a favor e oito contra. O texto, de autoria do deputado Marcos Pollon (PL-MS), atinge diretamente as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ligados à esquerda. Quem for enquadrado, caso o PL se torne lei, será impedido de receber auxílios e benefícios do governo federal e não poderá assumir cargos ou funções públicas.

celebraram o resultado. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que a aprovação do Perse é a demonstração de que a Câmara não falha com o Palácio do Planalto, e que não existe crise na relação entre os dois Poderes.

Freixo afirmou que o diálogo entre Lira e Lula ajudou na aprovação. E acrescentou que a aprovação do Perse atesta a capacidade do governo de dialogar com o Congresso e os diversos setores da economia.

Depois da votação, Lira foi ao jantar da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira para comemorar a aprovação da prorrogação do Perse.